

Boletim de Conjuntura

**Publicação do Instituto de Economia
da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Abril de 1999

Volume 19 - Número 1

- ▶ **Começando a Pensar uma Nova Agenda de Política Econômica**
- ▶ **Os Juros no Plano Real: História, Controvérsia e Perspectiva**
- ▶ **A Política Cambial: Os Riscos do Sucesso**
- ▶ **O Novo Acordo com o FMI e a Crise Brasileira: Ganhos e Perdas**
- ▶ **Que Cenário para a Integração Monetária e Econômica da Europa?**
- ▶ **A Agricultura Brasileira em Perspectiva: da Âncora Verde ao *Export- Drive***

Alexis Toribio Dantas - Antônio Barros de Castro - Caio César Lock Prates da Silveira
Fernando José Cardim de Carvalho - Francisco Eduardo Pires de Souza - José Carlos Miranda
Lavinia Barros de Castro - Rogério Studart - Sérgio Leite - Silvio Salles de Oliveira

Começando a Pensar uma Nova Agenda de Política Econômica

O governo dos Estados Unidos bem como as Instituições Financeiras Internacionais (o FMI, destacadamente) têm exercido forte e crescente pressão sobre os demais países, para que renunciem a regras e instituições peculiares no tocante ao comércio, ao trânsito internacional de capitais e a uma crescente lista de "temas". O movimento nesta direção é anunciado como decorrência da globalização - e deveria, supostamente, ser considerado tão imperativo quanto ela. As resistências antepostas à "convergência" seriam, em suma, mero apego ao passado e ao atraso.

em
certo
sentido

Deixando de lado a secular disputa acerca das razões e problemas do protecionismo, focalizaremos aqui certas dificuldades que estão se avolumando diante do esforço de levar a diante a referida convergência. Antes, contudo convém advertir que poucas noções tem tanta força no ideário norte-americano quanto a da "igualdade de oportunidades". Num estimulante artigo a este respeito, diz Albert Foer¹ que a idéia tem, na América, um "apelo intuitivo", associado ao mundo dos esportes. Trata-se de assegurar condições para que a vitória possa ser alcançada pelo melhor - o que requer, que todos estejam submetidos às mesmas regras e demais condições próprias ao esporte em questão. A imagem ou metáfora consagrada é a do nivelamento dos dois lados do campo (level the playing field).

Ainda quando hipoteticamente zeradas as tarifas aduaneiras e demais entraves ao comércio e ao trânsito de capitais, os países apresentam instituições e culturas marcadamente diversas, que afetam decididamente os resultados obtidos pelas empresas ali operantes. Exemplificando: as leis alemãs dão voz ativa a atores sociais (representantes

dos trabalhadores e mesmo das comunidades) que não possuem participação acionária das empresas. Isto afeta substancialmente o ambiente dos negócios - e os próprios resultados colhidos pelas empresas. No Japão, por sua vez, impera a propriedade cruzada entre os integrantes de um grupo de empresas (aí incluídos bancos), ao ponto de, literalmente, não se saber quem possui, digamos, a Mitsubishi. Isto, mais uma vez, afeta o comportamento das empresas, digamos, no que concerne à determinação de preços, e até mesmo impede ou dificulta a ocorrência de quebra. Surge, então, uma crucial indagação: deveria o "nivelamento do campo" ir ao ponto de pretender a convergência de arranjos sócio-políticos e instituições tão diversos?

Uma segunda questão refere-se aos próprios "jogadores". Muito distante do agente econômico implícito no ideal da igualdade de oportunidades - e no corpo central da teoria econômica -, as grandes empresas contemporâneas têm inegável poder de mercado. Além disto, estabelecem relações estáveis com provedores e clientes - além de empenhar-se em tecer relações de colaboração e confiança recíproca com trabalhadores e com as comunidades locais. Qualquer destas relações supõe negociações e acordos, formais ou informais - e, inclusive, tácitos. Na linguagem de Hirschman, é a voz (voice) ganhando espaço frente à saída (exit). A diferença para com o mundo dos esportes torna-se aqui gritante. Sobretudo se tivermos em conta que no Japão do pós-guerra estas práticas vieram a ser assumidas como uma característica nacional, em boa medida responsável pelo êxito espetacular de seu parque manufatureiro. E que também nos Estados

Unidos, a sua penetração é crescente . Estamos pois de volta à dúvida anterior, agora agravada. Ou seja, não apenas há um problema de limites da convergência, como também uma questão maior: equiparar a que?

Outra embaraçosa questão provém do fato de que, reconhecidamente, os setores mais dinâmicos da economia contemporânea funcionam com rendimentos crescentes. Por conseguinte, quem chega primeiro tem vantagens sobre os que vem depois. Nestas condições, como “nivelar as oportunidades” entre, digamos, retardatários e pioneiros?

Finalmente, não há mais como negar que, em todos os países, por mais desenvolvidos que sejam, há grandes contingentes de trabalhadores desempregados, assim como áreas ou regiões deprimidas. Nas nações desenvolvidas estes excedentes são, em regra, reconhecidos e protegidos por instituições tais como seguro-desemprego - e/ou programas de apoio a setores ou áreas decadentes. A eles, pois, claramente, não se aplicam as (mesmas) “regras do jogo”. Os EUA, certamente, não fogem a esta norma. Mas lá, como na Europa e no Japão, isto envolve apenas minorias. Que dizer, porém, de uma nação como a Índia, onde a população despreparada (em muitos sentidos) para o “jogo”, envolve centenas de milhões de habitantes ?

Face a questões como as que acabam de ser levantadas, como fica um país como o Brasil? Em outras palavras, até onde se pretende levar a convergência das instituições brasileiras para um (suposto) modelo universal das economias de mercado? Por outro lado, que fazer - de diferente ou especial - para recuperar o tempo perdido naquilo que começa a ser conhecido como a “economia do conhecimento” - complexo de atividades que caracteristicamente opera a rendimentos crescentes e para o qual transferiu-se o dinamismo das economias avançadas? Finalmente, que soluções se vislumbra para os excedentes populacionais e as regiões deprimidas? Nos centros desenvolvidos - onde os padrões de educação e as condições de infraestrutura são incomparavelmente superiores - nenhuma das tendências políticas que tem se revezado no poder parece verdadeiramente crer que o mero nivelamento das condições de jogo produz soluções aceitáveis para todos.

Ninguém sabe responder a estas questões. Mas é difícil negar que elas deveriam ganhar um lugar de destaque na agenda de uma economia que, após duas décadas dominadas por distúrbios macroeconômicos, parece começar a ter condições para retomar o crescimento.

Antonio Barros de Castro

Nota

¹ Forer, Albert: American Idealism Level Playing Fields. *Business Society Review*, junho 1996.

Universidade Federal do Rio de Janeiro